

Roupa Suja se Lava em Casa: A Seca no Agreste Pernambucano e a Gestão Ambiental na Lavanderia Água Limpa

Laundry is done at home: Drought in the dry region of Pernambuco and Environmental Management in the Água Limpa Laundry

Ana Márcia Batista Almeida

Universidade Federal de Pernambuco, Campus do Agreste. Rodovia BR 104, Km 59, s/n, Nova Caruaru, Caruaru-PE, 55002970, Brasil.

CITAÇÃO SUGERIDA: Almeida, A. M. B. (2013). Roupa Suja se Lava em Casa: A Seca no Agreste Pernambucano ea Gestão Ambiental na Lavanderia Água Limpa. *Administração Pública e Gestão Social*, 5(3).

Resumo: Este Caso tem como tema central a Gestão Ambiental, e seu objetivo educacional é enfatizar a análise das dimensões de sustentabilidade (ecológica, social e econômica) quando se aplicam ações de Gestão Ambiental na esfera privada, tais como Produção Mais Limpa e Sistemas de Gestão Ambiental ISO 14001. A tomada de decisão envolve Antonio, proprietário da Lavanderia Água Limpa, situada no Agreste Pernambucano, e relaciona-se à dificuldade do gestor em encontrar soluções econômicas e ambientais para o alto custo de aquisição da água – matéria-prima mais nobre da lavanderia. Na região, a água é escassa, e a poluição do Rio Capibaribe, causada pelos rejeitos da produção em lavanderias, é objeto de pressão do Poder Público junto aos empresários. Utilizaram-se como fonte de pesquisa reportagens em revistas especializadas e entrevista com o gestor. O Caso contribui para as discussões pertinentes às disciplinas Gestão Ambiental e Gestão Social em cursos de Administração.

Palavras-Chave: Degradação Ambiental, Sustentabilidade Socioambiental, Poder Público.

Abstract: The present study is focused on the environmental management, and its educational aim is to emphasize the analysis of the sustainability dimensions (ecological, social and economic) when applied to Environmental Management actions in the private sphere, such as in "Produção Mais Limpa" and "ISO 14001 Environmental Management Systems". The decision-making involves Antonio, owner of the "Água Limpa" laundry, located in Agreste Pernambucano, and is related to the manager's difficulty in finding economic and environmental solutions for the high cost of water – the noblest feedstock of the laundry. In this region, water is scarce, and the pollution in the Capibaribe River, coming from production waste, is subjected to pressure by the Government and by other entrepreneurs. In this study, we utilized, as a data source, magazine reports, as well as an interview with the manager of the laundry. The case aids relevant discussions regarding the Environmental Management and Social Management discipline in Administration programs.

Keywords: Environmental Degradation, Environmental Sustainability, Public Power.

Texto completo em português: <http://www.apgs.ufv.br>
Full text in Portuguese: <http://www.apgs.ufv.br>

Objetivos educacionais

O Caso aplica-se à área de Administração, tendo, como tema central, a Gestão Ambiental. A discussão pretende enfatizar as dimensões de sustentabilidade (econômica, social e ecológica) ao se aplicarem ações de Gestão Ambiental (Produção mais Limpa e Sistemas de Gestão Ambiental ISO 14001) na esfera privada. Nessa discussão, a ação do poder público enquanto agente regulador é destacada considerando as ações de mitigação de danos ambientais adotadas por empresas, conforme determina as leis ambientais (PNMA) e as resoluções (CONAMA).

O processo de Gestão Ambiental surge como alternativa para a crise ambiental que acometeu o mundo nos anos 50, do século passado, em que os acidentes/incidentes ambientais apontaram a urgência de se analisar a ação humana nos ecossistemas naturais (Seiffert, 2009).

Essa discussão assume como premissa que o crescimento econômico não é um caminho viável para o alcance da qualidade ambiental, onde o capitalismo ainda é o protagonista, ao incentivar a produção sempre crescente para consumo em escala exponencial.

Nesse contexto, o tema do Desenvolvimento Sustentável (DS) emerge como condição típica dos países que estão priorizando a eficiência econômica, a prudência ecológica e a equidade social. Vale salientar que o conceito e as ações relacionadas ao DS não são consensuais e há alguns desafios a serem superados, principalmente aqueles voltados às ações de sustentabilidade, que incluem as dimensões social, cultural, econômica, ecológica, territorial, tecnológica e política (Barbieri, 2005). Destacaremos as dimensões social, econômica e ecológica nessa discussão.

A dimensão social, segundo Seiffert (2009), volta-se às condições de vida (saúde, educação, habitação, saneamento) e



às garantias sociais inter e intrageracionais, em que a pobreza aparece como elemento chave para pensarmos a sustentabilidade social, principalmente em países ou regiões periféricas.

O pilar econômico está relacionado diretamente ao processo produtivo, à alocação e gestão eficiente de recursos, garantindo o fluxo do investimento e a inclusão do bem ambiental nos custos de produção (Seiffert, 2009).

No âmbito da dimensão ecológica, predominam as discussões sobre o processo de Gestão Ambiental e os seus instrumentos na esfera pública e privada. Na esfera pública, os instrumentos são de comando e controle, regulados pela legislação vigente, tendo como marco orientador a Política Nacional do Meio Ambiente.

- Política Nacional do Meio ambiente: a PNMA foi instituída em 31 de agosto de 1981 pela Lei Federal 6.938 e tem como um dos objetivos o desenvolvimento socioeconômico alinhado com a qualidade do meio ambiente e o equilíbrio ecológico. Os instrumentos da PNMA são fundamentais para a Gestão Ambiental, orientando sobre as ações de redução do impacto das atividades humanas sobre o meio ambiente. Decisões relacionadas com tecnologia e alocação de recursos humanos e financeiros, visando ao cumprimento da legislação, também devem ser observadas.

Um dos mecanismos que realizam a interface entre o empreendedor e o Poder Público, garantindo a conformidade do empreendimento com a legislação ambiental, é o licenciamento, que é regulado pela Resolução CONAMA 237/97.

- Resolução CONAMA 237/97: a resolução regula os aspectos de licenciamento ambiental definidos na Política Nacional do Meio Ambiente e define os tipos de licenciamento (Licença Prévia – LP; Licença de Instalação – LI; Licença de Operação – LO) e respectivos procedimentos, mediante a avaliação de impactos ambientais (AIA).

Outras resoluções importantes são a CONAMA 001 (23-01-1986), que estabelece as definições, responsabilidades, critérios básicos e orientações gerais para a implantação da AIA; e a CONAMA 357 (17-3-2005), que define os parâmetros de controle ambiental a serem monitorados.

Problemas de conflito de competências têm ocorrido e falhas no processo de Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) tem-se apresentado, comprometendo a AIA como instrumento de prevenção ambiental. Com a finalidade de atenuar os problemas socioambientais decorrentes disso, surge o Termo de Ajuste de Conduta (TAC), podendo ser definido como:

Acordo celebrado geralmente entre o Ministério Público e o gerador do dano ambiental (empreendedor) demandando a implantação de uma série de medidas mitigadoras corretivas, normalmente deficitárias em sua função de compensar o dano ambiental. Caso o TAC não seja obedecido, ao empreendedor podem ser aplicadas multas ou punições complementares. É um instrumento mais ágil para garantir a proteção dos direitos previstos na ação civil pública, pois não exige a intervenção do judiciário. (Seiffert, 2009, p. 161)

Na análise do TAC, percebe-se que as ações de Gestão Ambiental voltadas à esfera privada, tradicionalmente definidas como de autocontrole, vão se tornando cada vez mais obrigatórias. Nesse sentido, os empresários adotam abordagens gerenciais que têm a intenção de incluir na estratégia do negócio conceitos relacionados com um desempenho sustentável. No âmbito da empresa, tem-se o Sistema de Gestão Ambiental Produção (SGA) ISO 14001 e a Produção Mais Limpa (P+L), dentre outros (Seiffert, 2009, 2010).

A adoção de um SGA ISO 14001 indica que a empresa apresenta um perfil proativo buscando gerenciar o risco ambiental, pois a norma “engloba todo o ciclo de vida dos produtos e serviços da empresa, desde a entrada de matérias-primas até o descarte após o uso, através do estabelecimento de indicadores ambientais e seu monitoramento” (Seiffert, 2009, p. 194). A ISO 14001 orienta o gerenciamento das atividades e dos impactos ambientais.

A Produção Mais Limpa é uma estratégia ambiental, criada em 1989 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), tendo como foco os processos, produtos e serviços. A P+L prioriza ações de redução dos poluentes, ainda na fonte geradora, sejam por meio de mudanças em produtos ou em processos. Isso implica alterações em insumos e materiais, implantação de tecnologia e adequação de controles operacionais (Seiffert, 2009). Num segundo momento, a estratégia pode favorecer o reaproveitamento dos resíduos, emissões e/ou efluentes internamente ou por outro empreendimento.

Ações como a ISO 14001 e a P+L ampliam o desempenho ambiental, social e econômico das empresas, numa tentativa de reduzir o passivo ambiental e também social (referente aos impactos negativos junto à comunidade). No entanto, a dimensão social, traduzida em ações de responsabilidade social e saúde/segurança ocupacional, ainda é incipiente se compararmos àquelas voltadas ao meio ambiente.

Foladori (2001) aponta, em seus estudos, que a discussão sobre sustentabilidade tem enfatizado a dimensão ecológica em detrimento da sustentabilidade social. Problemas sociais ainda são profundos, se compararmos com a evolução na adoção de soluções de redução da degradação ambiental. A partir das suas reflexões, Foladori (2001) conclui que há um quadro de insustentabilidade social aliado ao crescimento da sustentabilidade ecológica. A desigualdade social é abordada na superfície e a crise social se acelera.

Neste Caso, a discussão teórica proposta adequa-se a turmas de graduação em Administração e pós-graduação *latu sensu* em Administração, Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. As disciplinas recomendadas para aplicação do Caso são: Gestão Ambiental e Gestão Social, na graduação em Administração, e afins na pós-graduação. Na graduação, a interdisciplinaridade pode ser desenvolvida entre as disciplinas citadas e outras (Ética e Responsabilidade Social) que intencionem salientar as ações empresariais voltadas à

sustentabilidade e à responsabilidade socioambiental apoiadas em dilemas éticos. Pela atualidade da temática, sugere-se também a aplicação em turmas de formação executiva.

O uso da metodologia do Caso possibilita o desenvolvimento de algumas competências juntos aos participantes, que se pretende alcançar na análise do Caso em questão, tais como:

- Possibilitar ao grupo aprofundar os conceitos e características sobre as dimensões da sustentabilidade, relacionando-as aos instrumentos de Gestão Ambiental concernentes às esferas pública e privada, diferenciando os objetivos e o escopo de análise;
- Possibilitar aos estudantes exercitar a tomada de decisão, refletindo sobre a escolha das alternativas de ação em cenários que envolvam empresas de pequeno porte;
- Desenvolver nos alunos a habilidade de problematizar e refletir sobre os conflitos de interesse entre os agentes institucionais e as práticas de Gestão Ambiental em empresas;
- Despertar o senso crítico da turma para analisar o papel social do administrador, extrapolando a reflexão para outros contextos empresariais.

Fontes de dados

Os dados para elaboração do Caso foram coletados a partir de entrevistas semi-estruturadas, realizadas em duas etapas:

1. Momento mais geral onde conhecemos a entrada do protagonista e sua família no segmento de lavanderia e a caracterização da lavanderia;
2. Entrevista mais específica sobre as ações de Gestão Ambiental e as interfaces com as lavanderias locais e os diversos atores (ministério público, CPRH).

Em paralelo, foram consultadas revistas especializadas (Lavanderia & Cia), site da Prefeitura de Toritama e dissertações sobre as lavanderias do Polo.

O Caso é uma situação real, mas o nome do protagonista e demais personagens foi disfarçado. Alguns elementos ficcionais foram introduzidos, objetivando dar maior encadeamento à narrativa.

Aspectos pedagógicos

Este Caso faz o relato da prática gerencial, tendo como pano de fundo uma discussão teórica, que dará subsídio para uma ação gerencial. Dessa forma, é necessário que os estudantes tenham acesso ao Caso antecipadamente e façam leitura prévia e cuidadosa, inclusive consultando as *homepages* que são indicadas nas notas de fim, que aprofundam as informações sobre a legislação ambiental pertinente à análise das questões.

Orienta-se que as questões sejam respondidas antes da aula, individualmente, visando à discussão/negociação das

respostas em pequenos grupos. Outro ponto importante é que o docente exponha para a turma os objetivos do Estudo de Caso enquanto estratégia que possibilita o exercício e desenvolvimento de competências.

Segue uma sugestão de dinâmica para a aplicação e análise do Caso, em aula com duração de 2 horas:

Momento inicial

- a) Arrumar a sala em semicírculo;
- b) Formar subgrupos (com 3 ou 4 pessoas); identificar os participantes com crachás e anotar no quadro perguntas mais gerais. Cada grupo terá 10 minutos para discutir separadamente, antes do debate no grande grupo. As respostas apresentarão um panorama geral do Caso. Esta fase funciona como um aquecimento.

Questões do Caso

- a) Após a sessão “quebra-gelo”, as questões serão anotadas no quadro, e os subgrupos terão 30 minutos para definição de uma resposta única.

Se a turma for numerosa (acima de 40 alunos), sugere-se dividir as perguntas entre os grupos, de modo que cada um tenha tempo para aprofundar a resposta a apenas uma questão e depois compartilhar com o grupo maior.

- b) No momento da discussão no “grupo maior”, o tempo estimado é de 30 a 40 minutos. O professor deve estar atento às respostas diferentes e semelhantes, de forma que possa intervir para provocar o debate.
- c) Em caso de posicionamentos opostos, fazer o *roleplay*, em que os subgrupos escolhem os seus representantes, que irão defender os seus argumentos junto ao grande grupo, confrontando com os demais subgrupos. Nesse momento, a ideia não é buscar o consenso, fugir do conflito, procurando definir uma única resposta. O importante é o exercício do bom argumento que está impregnado de teoria. Esse é um dos sentidos desta fase.

Fechamento da atividade

- a) Nessa fase de fechamento (cerca de 10 minutos), os estudantes entregarão as respostas individuais e as do subgrupo. Após isto, será feita uma rodada rápida de *feedback*, em que a participação é voluntária no sentido de verbalizar as principais impressões sobre a atividade e o método.

Questões para discussão do caso em sala de aula

A partir do Caso, 4 questões devem ser respondidas:

1. Quais as ações mitigadoras dos danos ambientais a serem adotadas pelos empresários de lavanderias? (Na

- resposta, incluir as resoluções CONAMA citadas, as orientações do TAC e o Anexo A.)
2. Considerando as dimensões de sustentabilidade, identificar e explicar as que se apresentam de forma destacada no Caso.
 3. Analisar as fragilidades e potencialidades na implantação de ações relacionadas à P+L e aos Sistemas de Gestão Ambiental em empresas de pequeno porte e que apresentem atividades com alto impacto ambiental negativo.
 4. Analisar os conflitos de interesse entre os agentes institucionais e a busca de soluções pelo protagonista. Nesse sentido, qual a decisão a ser tomada por Antonio diante do problema da escassez de água? Responder à questão, tendo em vista a relação entre o crescimento do negócio, a sustentabilidade e o meio ambiente.

Alternativas para análise do caso

Em virtude do embasamento da literatura, esta seção apresenta alternativas de análise do Caso.

Considerando a **questão 1**, indica-se a consulta às resoluções CONAMA 001, 237 e 357. Sugere-se utilizar os conceitos e as definições da Política Nacional do Meio Ambiente referentes à caracterização dos danos ambientais e do poluidor. As compensações ambientais necessárias reduzem o impacto ambiental.

Em relação à origem da madeira que movimenta a caldeira, o uso de madeira de reflorestamento (algaroba) é uma alternativa viável e legal. Outra possibilidade é o uso de filtros nas chaminés, evitando a poluição atmosférica.

Para responder esta questão sugerem-se os livros de Seiffert (2009) e consulta à *homepage* do Ministério do Meio Ambiente (sessões sobre legislação e CONAMA).

Na **questão 2** são abordadas as dimensões da sustentabilidade. O Caso prioriza analisar o *triple bottom line* (econômico, social e ecológico), mais os pilares **tecnológico** (busca de alternativas para o escoamento dos rejeitos da produção, redução dos materiais/insumos e substituição de matéria-prima), **territorial** (características da região no que se refere ao abastecimento de água, número excessivo de lavanderias para uma cidade de pequeno porte, o que aumenta a disputa por insumos e mercado consumidor); **político** (ação de regulação do poder público, articulação dos empresários em associações) são também contemplados no Caso. Na discussão, podem-se abordar os dilemas relacionados às dimensões de sustentabilidade vinculados aos diversos grupos de interesse. Esse ponto faz conexão com a questão 4.

Os textos de Seiffert (2009), Barbieri (2005), Elkington (2001) e Foladori (2005) podem auxiliar no aprofundamento teórico sobre as dimensões de sustentabilidade. Em particular, o texto de Foladori (2005) apresenta uma visão mais crítica.

Na **questão 3**, são analisadas as fragilidades e potencialidades na implantação da P+L e SGA, em empresas de pequeno porte. Nesse aspecto, merece destaque o fato de que há um grande engano em relacionar baixos níveis de poluição ao porte da empresa. Indústrias, em geral, apresentam alto impacto ambiental. Nesse sentido, a implantação pode acontecer em regime cooperado em que várias empresas se associam para viabilizar as ações de planejamento e certificação. As dificuldades se concentram no baixo nível de gerenciamento e dificuldades com capital e recursos humanos especializados para a implantação.

Para a discussão sobre Produção Mais Limpa, recomenda-se a utilização dos livros de Almeida (2002) e Dias (2009). Em relação à ISO 14001, o livro de Seiffert (2010) é específico sobre o tema.

A **questão 4** inclui na discussão a esfera pública e o seu poder de regulação junto ao segmento de lavanderias, assim como os interesses da sociedade (a comunidade ribeirinha prejudicada pela poluição do Rio) e a população circunvizinha das lavanderias afetada pela poluição atmosférica, ruídos, etc. Em relação à decisão dos protagonista, adotando os 3Rs da sustentabilidade (reduzir, reutilizar e reciclar), e à P+L, com a implantação da estação de tratamento de efluentes, pode-se introduzir a reciclagem da água em que parte é aproveitada no processo produtivo, diminuindo a dependência da aquisição a preços elevados em carros-pipa. O crescimento do negócio está vinculado à tomada da decisão, que atende aos requisitos legais e à sustentabilidade ecológica e econômica, sobremaneira.

A discussão pode ser fundamentada nas obras anteriormente citadas que abordam as dimensões da sustentabilidade e a gestão ambiental na esfera pública. Sobre a política dos 3Rs, recomenda-se o livro de Barbieri (2005).

REFERÊNCIAS

- Almeida, F. (2002). *O bom negócio da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barbieri, J. C. (2005). *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21* (7a. ed.). Petrópolis: Vozes.
- Conselho Nacional do Meio Ambiente. (2013). Recuperado de <http://www.mma.gov.br/port/conama/index.cfm>.
- Dias, R. (2009). *Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade*. São Paulo: Atlas.
- Elkington, J. (2001). *Canibais com garfo e faca*. São Paulo: Makroon Books.
- Foladori, G. (2005). *Por uma sustentabilidade alternativa*. Uruguai: Colección Cabichui.
- Ministério do Meio Ambiente. (2013). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm
- Seiffert, M. E. B. (2009). *Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental*. São Paulo: Atlas.
- Seiffert, M. E. B. (2010). *ISO 14001 Sistemas de Gestão Ambiental: implantação objetiva e econômica* (3a. ed.). São Paulo: Atlas.

Agradecimentos

Agradeço aos professores Anielson Barbosa da Silva e André Gustavo Carvalho Machado, que ministraram a disciplina "Casos para o Ensino em Administração" (PPGA/UFPB) e dispensaram orientação minuciosa para a construção deste trabalho. Ao gestor da Lavanderia Água Limpa pela concessão da entrevista e liberação das informações.